

Breve historial da conservação e restauro. Legislação portuguesa sobre classificação patrimonial

Na Idade Média, foi prática comum a protecção de edifícios, sobretudo dos castelos, bem como a reparação das muralhas das cidades. Até ao século XIII, as populações eram obrigadas a prestar auxílio nas reparações dos castelos. [1] As Visitações, efectuadas pela Igreja na pessoa de um bispo ou de um seu representante, contribuíram também para a fiscalização do estado de conservação dos edifícios religiosos e militares. [2]

No século XVI, André de Resende (c.1500-1573), interessado pelo legado romano, foi o primeiro a entregar-se à pesquisa arqueológica, ao exame de antiguidades e à criação do primeiro museu de inscrições romanas existente no país.[3]

Na mesma época, D. Manuel mandou refazer os túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho e segundo Damião de Góis (1502-1574) “Fundou de novo para sua sepultura, e da Rainha dona Maria sua mulher, e de seus filhos, o Mosteiro da invocação de Nossa Senhora de Belém (...). Fundou de novo a casa da Confraria da Misericórdia da cidade de Lisboa (...). (...) o Mosteiro da Anunciada (...). (...) a Igreja de Santo António de Lisboa (...). Mandou fazer de novo o caes da pedra de Lisboa e tabuleiros ao longo da praia, e chafarizes da cidade tudo de pedra canto. Mandou fazer o terreiro (do Paço) que está diante dos paços da ribeira de Lisboa (...). Começou a casa da alfândega de Lisboa (...). Fez de novo as casas dos Almazéns de Lisboa (...). Fez de novo as casas da contratação da Guiné, e Índia (...). [4] Estas obras de acção mecénática e de valorização da política real, não sendo propriamente de salvaguarda patrimonial como hoje se entende, não deixam de revelar o interesse do monarca pelo embelezamento e enriquecimento arquitectónico da cidade.

Francisco de Holanda (1517-1584), teórico das artes e do urbanismo, pintor, arquitecto e “arqueólogo” protegido de D. João III, de D. Catarina e de D. Sebastião, viajou pela Itália, onde permaneceu de fins de 1537 ou princípios de 1538 a 1540,[5] tendo conhecido Miguel Ângelo e outros artistas com quem privou. Deixou normas escritas sobre “alguns preceitos da pintura”, mas são os seus Desenhos, do Escorial que mais têm contribuído para o estudo do património arqueológico romano e da arte italiana da primeira metade do século XVI. Em 1571, Francisco de Holanda escreveu um dos primeiros estudos sobre urbanismo da cidade de Lisboa: “Da Fabrica que falece à cidade de Lisboa”, referindo que depois de se tratar da “cidade de nossa alma” se devia “reparar e remendar a cidade de Lisboa, que tanto merece de seus cidadãos e vereadores”. Que se devia mandar construir templos, fortalezas e muralhas novas, que deviam ser acabados os “Paços de Enxobregas” com a construção de um parque para animais, fontes, matas e casas de prazer “melhores que as que fez em Fontainebleau o Rei de França”. [6] Referia ainda a necessidade do abastecimento de água à cidade de Lisboa, de calçamento de ruas, de sinalização de caminhos e estradas à volta de Lisboa e de reedificação de pontes. Damos como exemplo a ponte de Sacavém: “Mas aynda Neste Reyno não sendo Legitimamente seu fezerão os romanos para nosso uso jlustres e famosas pontes. A Primeira das quaes (...) foi sobre o Ryo de Sacave. (...) V. A . mãdar Redeficar por que é proveitosa muyto, e tambem pa passar por Ella a Corte sem o Rodeo de jr ao Tojal”. [7]

Em finais de 1645 ou início de 1646, surgiu o “Memorial que o Marquez de Montalvão offereceu a el-rei D. João IV sobre o modo da defesa e conservação do reino”[8]. Em 1647 foi criada a Aula de Fortificações e Architectura Militar, instituída na Ribeira das Naus. Assim, em 1648, por ordem régia, decide-se reparar os muros antigos de Lisboa, assim como os do castelo. Estas obras decorreram até 1650, acompanhadas de vários decretos que asseguravam as condições financeiras para a sua continuação e marcação de prazos de construção. A Câmara Municipal de Lisboa desde 1591 tinha a incumbência de inspeccionar todas as obras que diziam respeito à edificação e reedificação da cidade.[9] Em 1650, Nunes Tinoco fez a primeira planta geral da cidade de Lisboa. Dois anos mais tarde, D. João IV mandou rodear a cidade com uma nova cerca de Santa Apolónia a Alcântara. Embora estas medidas tenham sido desenvolvidas devido à necessidade de defesa e no âmbito da política de restauração do reino, não podemos deixar de as referir como contributo para a valorização patrimonial.

O século XVIII e as primeiras políticas articuladas de conservação e restauro:

D. João V e a protecção patrimonial

O período joanino caracterizou-se por uma abertura às correntes culturais europeias, ao proteccionismo e ao mecenato régio em particular para o desenvolvimento artístico e cultural. Em 1720 foi criada, com o envio de bolseiros, a *Academia della Sacra Corona di Portogallo*. Novas escolas surgiram: Escola da Casa da Moeda, a Escola de Mafra, a Escola da Fundação de Artilharia. Foram publicadas e reeditadas traduções de vários tratados e alguns dedicados aos métodos científicos de restauro. Foram adquiridas extensas livrarias nos principais centros europeus, possibilitando o contacto com as novas ideias da época. O experimentalismo, resultado de um novo espírito científico, favoreceu o uso da obra ilustrada, que assentava nos princípios pedagógicos iluministas.

O rei, por decreto de 13 de Abril de 1745 mandou embelezar a cidade de Lisboa à maneira francesa e romana e dotou os monumentos arquitectónicos, que mandou construir ou reabilitar, com obras de arte, essencialmente de temática sacra, servindo como instrumento de afirmação do poder. É muito importante neste reordenamento da cidade o papel desempenhado pelos arquitectos municipais formados pela Escola de Engenharia Militar. Os engenheiros militares serviam a arquitectura, como um organismo militar serve na guerra.[10]

O mecenato do rei e de alguns particulares, nobres e dignitários do clero, e o gosto pelo coleccionismo fez surgir pequenos museus e gabinetes de antiguidades para albergar algumas colecções adquiridas, destacando-se a colecção de Frei Manuel do Cenáculo. São também importantes as medidas do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), no domínio da conservação e restauro do património móvel e edificado de Braga.

A Academia Real de História

Como já referimos só no século XVIII surgem as primeiras políticas de conservação e restauro patrimoniais, com legislação adequada e literatura específica relativa a métodos científicos de restauro e oficinas especializadas. O papel de D. João V foi decisivo, nesta matéria, ao instituir a Academia Real de História a 8 de Dezembro de 1720, que ficou encarregue de analisar o estado dos monumentos antigos, e a assinatura do Alvará

de 20 de Agosto de 1721, que incentivou a inventariação e conservação dos exemplares mais representativos do património nacional, e permitiu erguer o Museu Arqueológico do Tesouro Velho, desaparecido, mais tarde, com o terramoto de 1755. Dotada de imprensa e rendimentos próprios, isenta de censura externa, cumulada de privilégios, entre os quais o de mobilizar os organismos burocráticos para a investigação local e o de providenciar sobre a conservação de monumentos pôde propiciar aos seus sócios um trabalho de recolha documental até aqui desconhecida. [11] Extinta durante longos anos foi restaurada em 1936, com o nome de Academia Portuguesa da História.

Reflexos do terramoto de 1755 – Conservação e reconstrução

O Alvará de 12 de Maio de 1758 definia regras para a reconstrução da cidade de Lisboa. Este diploma foi precedido por decretos, que ordenaram o tombo das casas destruídas, logo a seguir à catástrofe, e que delimitaram a área da cidade e proibiram construir fora dela ou de modo diferente do estipulado. O contrário seria punido com imediata demolição.

“Os princípios da modernidade, funcionalidade e pragmatismo, controle de custos e da qualidade, ordem nos trabalhos e rapidez de execução foram a preocupação constante de Pombal nos trabalhos de reforma e de reconstrução pós terramoto”. [12]

A prática municipal, trazida à luz pelos Livros de Cordoamentos [13] no período de reedificação pombalina, é de respeito das normas de construção dos edifícios e da largura e regularidade das ruas, através de uma verificação quotidiana exercida pelo corpo técnico municipal. Estes livros referem ainda muitos pedidos de vistoria para reedificações nos diferentes bairros lisboetas.

Carlos Mardel, Rodrigo Franco, Eugénio dos Santos e Mateus Vicente de Oliveira ao realizarem vistorias em edifícios arruinados pelo cataclismo, apesar da escassez dos casos, dão indicações objectivas quanto ao seu estado de conservação. [14]

Pela primeira vez, ao longo de seis séculos de existência, Lisboa era pensada, programada e edificada.

James Murphy e a colecção de antiguidades do reino

James Murphy depois de ter terminado os desenhos do Mosteiro da Batalha [15] foi-lhe recomendado pela Royal Antiquary Society of London que publicasse uma colecção completa das antiguidades do reino de Portugal. No plano de trabalho traçado por Murphy refere que: “As ruínas dos edifícios tendo qualquer valor particular serão cuidadosamente examinadas e medidas, dando-se desenhos delas no seu estado actual e no primitivo tanto quanto os vestígios existentes o permitam”. [16] Escreve Murphy que: “Há muitos edifícios em Lisboa, além dos de habitação, que bem merecem o nosso exame. (...) Encontramos poucos ou mesmo nenhuns restos da antiga arquitectura, o que é muito extraordinário numa cidade que se ufana da sua antiguidade. De quando em quando, é descoberta uma pequena pedra com inscrição quando se fazem escavações, e pouco mais ...” [17]

Tendo sido informado pelo Bispo de Beja, Frei Manuel do Cenáculo, que muitos vestígios de antiguidades romanas tinham sido descobertos na sua diocese dirigiu-se a esta cidade, onde desenhou tudo aquilo que lhe pareceu mais digno de nota: vasos, ânforas, inscrições, aras. Tendo seguido depois para Évora para continuar o trabalho de

registo de antiguidades. Serviriam estes registos para que melhor se conhecesse o estado de conservação dessas obras.[18]

Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas e as intervenções no sul de Portugal

Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas (1724-1814) foi confessor e mestre do príncipe D. José. A pedido do Marquês de Pombal, empenhou-se na Reforma da Universidade. Fundou e enriqueceu bibliotecas em Lisboa e em Beja e elegeu Évora como a sua jóia, onde fundou no antigo colégio de meninos de coro, construído em 1666, um museu e uma biblioteca, que apetrechou com 50 000 exemplares. Foi Bispo de Beja de 1770 a 1802 e nesta data foi nomeado Arcebispo de Évora. Todos os estrangeiros cultos que vinham a Portugal se lhe dirigiam ou o procuravam para os esclarecer com as suas luzes e para os socorrer quando tal era necessário, com os seus bens. Muitos dos emigrados franceses durante a revolução foram por ele socorridos e auxiliados.[19] A Biblioteca e o Museu sofreram pesadas devastações com o assalto dos franceses em 1808. Villas-Boas tentou defender a sua “jóia” e para isso teve que ultrapassar muitas dificuldades. A reabilitação desta “jóia” foi feita por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), que assumiu o cargo de Bibliotecário da Biblioteca Pública Eborense em Dezembro de 1838. A sua vasta obra debruça-se sobre assuntos do Padroado Português no Oriente, mas destacamos como contributo para o estudo do património, o resultado das suas investigações de arqueologia literária nos papéis da Biblioteca de Évora do Cabido e do Arquivo da Câmara, que publicou na *Revista Universal*. Conseguiu reunir mais de 10 000 volumes do depósito das livrarias dos conventos extintos, fez as relações dos manuscritos e deixou publicado o primeiro volume do catálogo, que se referia ao ultramar. Deixou a biblioteca em 1855, por ter sido nomeado secretário-geral do governo da Índia.[20]

Francisco Xavier Fabri e as escavações do Teatro Romano (1797)

Francisco Xavier Fabri veio para Portugal a convite do bispo do Algarve, D. Francisco Gomes de Avelar, a fim de proceder à reedificação da Sé de Faro. [21]Mais tarde, em Lisboa, projectou e orientou os trabalhos para a construção do Palácio da Ajuda, a igreja e palácio do conde de Castelo Melhor, no Largo da Rosa e o projecto do Palácio Foz. Elaborou, entre 1799 e 1800, relatórios com «as medidas de protecção que pudessem evitar a destruição das recém-descobertas ruínas do teatro romano de Lisboa e que incluíram a compra do “terreno e a Parede dos Edificantes” para que se tornasse “a colocar outra vez no seu lugar parte das Pedras de Inscrição, que se tirarão para fora antes de eu ser encarregado de vigiar sobre a indagação daquelas Antiguidades; e que se faça uma parede ao redor do teatro, não só para conservação daquele Monumento e de todos os mais fragmentos de Architectura, de Capitéis e colunas q ali se tem descoberto”.»[22] Francisco Fabri elaborou duas plantas do teatro romano, precioso contributo para o conhecimento das ruínas nessa época, uma representando o teatro na altura da sua descoberta, em 1798, e outra as ruínas numa fase um pouco posterior.

Em Portugal as preocupações relativas à conservação e restauro do património acompanhavam, de certo modo, aquilo que lá fora se praticava. Como vimos, no século XVIII surgiram as primeiras medidas políticas aplicadas à conservação e restauro do património existente e os primeiros tratados sobre métodos científicos de restauro, mas

a consciência da necessidade da salvaguarda desse património constituiu-se apenas durante o século XIX.

O século XIX e a afirmação da protecção do património: D. Fernando II e as acções de conservação do património histórico

É no século XIX, que graças ao papel pioneiro de D. Fernando II (1816-1885), de Alexandre Herculano (1810-1877), da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos e da acção de Joaquim Possidónio Narciso da Silva, que se tomou consciência da necessidade de proteger e conservar o património existente. Tratou-se de um movimento de afirmação da sociedade liberal e romântica e defendia o reconhecimento de um conjunto de valores patrimoniais monumentais, históricos e nacionais, que importava transmitir às gerações futuras.

D. Fernando Saxe-Coburgo-Gotha foi o segundo marido de D. Maria II com quem casou em 1836, ano em que chegou a Portugal e desde logo mostrou grande preocupação pelo estado em que se encontravam os monumentos nacionais. Contribuiu para o restauro de alguns, simbolicamente mais significativos, que corriam o risco de cair em ruínas. Subsidiou o Museu da Academia das Belas-Artes, distribuiu pensões aos jovens pintores para estudos no estrangeiro e protegeu e apoiou os ideais de Alexandre Herculano, que nomeou para seu bibliotecário particular no Palácio da Ajuda. [23]

Alexandre Herculano e o vandalismo demolidor

A revolução liberal, a Guerra Civil (1832-34), a extinção das ordens religiosas, a venda dos bens nacionais puseram em perigo o património histórico e cultural do país. Garrett e Herculano foram os primeiros interessados na reabilitação dos monumentos nacionais que corriam o risco de se perderem. Em diversos artigos Alexandre Herculano (1810-1877) insurgiu-se “contra o vandalismo dos modernos Hunos, a incúria das instituições e o camartelo municipal que grassava pelo país demolindo os monumentos pátrios”. [24] Em 1838-39, Alexandre Herculano, o inaugurador, em Portugal, da ideologia do Património, publicou quatro artigos sobre “Os Monumentos”, que podemos considerar o primeiro manifesto sobre a problemática da salvaguarda do património arquitectónico e artístico português. [25]

Herculano para além de denunciar a política patrimonial e de sensibilizar a opinião pública através dos seus escritos, defendeu a criação de uma Associação voluntarista: A Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais, a instalar no Convento do Carmo, com vista à criação de um museu, mas que não passou de uma intenção. Como deputado conseguiu verbas para os monumentos históricos e para os arquivos históricos do país e publicou-os em grande parte nos *Portugaliae Monumenta Historica*, quando ingressou na Academia Real das Ciências, que albergava um dos melhores museus e biblioteca de Lisboa.

A lei de Joaquim António de Aguiar de 28 de Maio de 1834, extinguindo as ordens religiosas, a expulsão dos frades e a venda em hasta pública, possibilitou muitos “crimes patrimoniais”. Este legislador defendia a constituição de uma associação, que por todo o país elaborasse breves notas sobre cada edifício destruído, público ou privado, a fim de se proceder à sua valorização. [26] Ideia que não se conseguiu pôr em prática, a não ser em Lisboa com o trabalho de Júlio Castilho, que iniciou a recolha de vestígios e memórias do património construído da cidade de Lisboa. O primeiro volume

da *Lisboa Antiga*, dedicado ao Bairro Alto, saiu em 1879. Seguiram-se sete volumes tratando dos bairros orientais da cidade, publicados entre 1884 e 1890. A sua obra marca o início da olissipografia como ciência histórica. Castilho não se apercebeu do valor e alcance excepcional da sua obra ao descrever e traçar a evolução dos sítios e dos edifícios aí situados.

A extinção das Ordens Religiosas alterou a fisionomia dos sítios. Os edifícios sofreram grandes e prejudiciais alterações. Um decreto de 31 de Dezembro de 1864 estipulou que o governo mandaria “imediatamente proceder a um plano geral dos melhoramentos da capital, (...) e à construção e abertura de novas ruas, praças, jardins e edificações, com as condições de higiene e decoração, como do alojamento e livre trânsito do público”.^[27]

É neste século XIX, que contribuindo com o trabalho dos seus membros e associados, surgiram as primeiras associações e organizações para o estudo, conservação e restauro do património nacional: a Academia Real de Belas-Artes de Lisboa (1836); a Comissão dos Trabalhos Geológicos (1848); a Sociedade Archeologica Lusitana (1850) e a Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (1863).

Possidónio da Silva e a conservação dos monumentos

As obras dos Monumentos Históricos (Batalha, Jerónimos) estavam a cargo, a partir de 1852 do Ministério das Obras Públicas. Mas as noções de restauro e conservação não foram facilmente assimiladas pelos architectos dos Ministérios, à excepção de Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896), que por portaria de 27 de Outubro de 1858 obteve licença de D. Pedro V para desenhar, medir e proceder ao cadastro dos edifícios da arquitectura portuguesa que poderiam ser classificados como Monumentos Nacionais. Assim resultou um arquivo arqueológico e architectónico, com plantas dos principais edifícios do reino, mas que se desconhece o seu paradeiro. Estes estudos eram acompanhados por fotografias e modelos tridimensionais dos edifícios analisados. Datam de 1861-1863 as vistas fotográficas que incorporaram a colecção na *Revista Pittoresca e Descriptiva de Portugal*.^[28]

Em 1864, foi criada a Real Associação dos Architectos e Arqueólogos Portugueses ^[29], que se instalou no Convento do Carmo em Lisboa ^[30] e que dirigida por Possidónio da Silva desempenhou um papel importante na defesa e salvaguarda do património cultural do país.^[31] Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896) era filho de Reinaldo José da Silva, Mestre Geral dos Paços Reais, que acompanhou a Corte, em 1807, no seu exílio para o Brasil. Aí foi educado e regressou a Lisboa em 1821, enveredando pela carreira de architecto. Frequentou as aulas de Desenho e Arquitectura na Aula Régia do Risco, no Convento dos Caetanos, no Bairro Alto. Em 1825, partiu para Paris, onde recebeu formação architectónica e foi também aluno do arqueólogo Caumont ^[32] e sócio da *Société Française d'Archeologie pour la Conservation des Monuments*, fundada em 1831 por Caumont.^[33] Esta Sociedade serviu de modelo para a criação da Real Associação de Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, que a partir de 1876 publicou o Boletim de Arquitectura e Arqueologia.

Possidónio da Silva como architecto, para além de projectar e dirigir a edificação de muitas residências de famílias nobres e burguesas da época, restaurou os palácios de Santa Marta, do Marquês de Abrantes, o Palácio das Janelas Verdes, a fachada Sul e os claustros dos Jerónimos. “Em 1858 concebeu (...) uma luminosa ideia:

medir e desenhar architectonicamente todos os edifícios antigos mais notáveis de Portugal, classificando-os segundo o género de cada um, e comparando-os com os analogos dos paizes estrangeiros” e fundou com Mardel de Arriaga uma “Comissão de Monumentos” a que durante anos presidiu. No fim da década de quarenta regeu, no Grémio Literário, um Curso de Construção e Architectura Civil e em 1885, leccionou “com distinção e superioridade, nas salas do Museu do Carmo, um curso nocturno de archeologia pre-historica (...)”. [34] Em 1878 publicou as *Noções elementares de Archeologia*, obra ilustrada com 324 gravuras, “(...) seguindo quanto possível, a obra do Sr. Caumont, (...) procuramos ao mesmo tempo amplial-a com as explicações das antiguidades encontradas em Portugal, interessando assim ainda mais os nossos compatriotas”. [35]

Em 1880, o Ministério das Obras Públicas solicitou à Associação de Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses a indicação de edifícios que pudessem ser classificados pelo Governo, como Monumentos Nacionais. Foi apresentada uma lista intitulada “Monumentos Nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal”.

A Academia Nacional de Belas-Artes

A Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa e a sua congénere no Porto foram criadas por Passos Manuel, em 1836, para ministrar o ensino artístico em Portugal. Integrado na Academia foi também fundado um Museu, que foi objecto permanente de comissões que se sucederam sem chegar a resultados apreciáveis. No momento da extinção das ordens religiosas as obras de arte dos conventos do norte e sul do país foram depositadas no Museu do Porto e na Academia de Lisboa. [36]

Como lembra José Augusto França: “Muitas telas se estragaram durante os transportes difíceis ...), muitas peças foram ignoradas, postas de lado – ou roubadas. As que se conseguiram guardar nem sempre tiveram o destino previsto: conservadas em péssimas condições acabarão por se deteriorar e um dia virá em que será preciso queimar mais de oitocentos quilos de telas irrecuperáveis ...” [37]

Algumas décadas mais tarde, António Rodrigues Sampaio nomeou, por decreto de 10 de Novembro de 1875, uma comissão para reformar a Academia Nacional de Belas Artes, que deveria elaborar um projecto de reforma do ensino das Belas Artes e da organização dos museus e propor as providências necessárias para a “conservação, guarda e reparação dos monumentos históricos e objectos arqueológicos, de importância nacional, existentes no Reino”. [38] Esta comissão seria constituída por: Marquês de Sousa Holstein, Possidónio da Silva e Luciano Cordeiro. A reforma recairia no Ensino das Belas Artes, nos estudos arqueológicos e na protecção e restauro dos Monumentos Nacionais. [39]

Estácio da Veiga e a razão da degradação dos monumentos

Para Estácio da Veiga (1828-1891) uma das razões da degradação dos monumentos devia-se à falta de um curso que preparasse técnicos que os estudassem para os conservar: “O estudo dos monumentos antigos, tão abundantes ainda no continente do reino, está em grandissimo atrasamento, como geralmente é sabido. Instituiu-se na bibliotheca publica de Lisboa uma cadeira de numismatica. (...). Parecia

racional que à isolada criação de tal cadeira se seguisse a das outras, que, com esta, deveriam constituir um curso de archeologia monumental, (...). Não sucedeu porém assim (...). A falta d'este curso faz talvez com que passemos por ser, n'este assumpto, o povo menos adiantado da Europa; (...); faz, enfim, com que esses monumentos não havendo quem os entenda, quem os estime, e véle pela sua conservação, se vão pouco a pouco extinguindo, sem que d'elles fique uma única noticia". [40]

Denunciou também a falta de interesse e de apoios dos municípios, fazendo o estado da situação: "Nas provincias, onde todos os dias se estão aniquillando preciosidades archeologicas, se alguém se apresenta emprehendendo investigações de tal natureza, não acha quem o coadjuve. As proprias camaras municipaes, participando largamente da indifferença commum, são muitas vezes os mais poderosos agentes de destruição, quando todas as municipalidades deveram ter instruções superiores para protegerem a conservação dos monumentos nacionaes, e communicarem a uma determinada corporação os descobrimentos de antiguidades verificados no territorio da sua jurisdição. Enfim, àcêrca d'este assumpto, tudo está por fazer, quasi tudo se ignora, e não pouco se despreza." [41]

Ramalho Ortigão e o movimento preservacionista português

Em 1896, Ramalho Ortigão (1816-1915) publicava o ensaio *O Culto da Arte em Portugal*, elogiando o século XIX por ter patenteado "o estudo mais delicado e o conhecimento mais perfeito da arte antiga. A ciência arqueológica e a crítica de arte nunca em nenhum outro período da civilização chegaram à eminência atingida pelos investigadores contemporâneos". [42](...) "Inspeccionaram-se e inquiriram-se as primitivas habitações do homem, as suas primeiras fortificações, os seus mais antigos sepulcros, - a caverna, a cidade lacustre, os castros e os dólmenes. Na architectura principiou-se a estudar por novos meios de crítica as causas dos seus progressos e da sua decadência". (...) "Desse novo critério resultou a atenção especial com que todos os povos cultos principiaram a considerar a obra material do passado." [43] Referindo-se a algumas manifestações de vandalismo em Portugal, Ramalho apontava como causas desse vandalismo, o abandono e o restauro e definindo "restaurar" como um galicismo técnico, recentemente introduzido no vocabulário nacional, mas ainda não definido vernaculamente na aplicação prática". [44] Para ele "restaurar" era sinónimo de "desastre" e exemplificava com três edifícios restaurados a expensas da nação: os Jerónimos, a Madre de Deus e a Batalha. Nos Jerónimos "a restauração, ainda antes de terminada, caiu". Na Madre de Deus, "temos o infortúnio de ir encontrar no consecutivo restauro de uma fábrica do tempo de D. João III novos capitéis de colunas, nos quais em vez da ornamentação vegetal do século XVI se vê reinar nos entablamentos a figuração, absolutamente imprevista e inopinada de uma locomotiva de caminho de ferro, arrastando fumegante o respectivo comboio, tudo lavrado mui laboriosamente em pedra, e demandando um túnel". "Nas restaurações da Batalha, umas já em realidade, outras ainda em projecto, falta, primeiro que tudo, o meditado programa de conjunto no ponto

de vista arqueológico, no ponto de vista artístico e no ponto de vista técnico, visando o assunto por todos os lados de que ele pode ser encarado.” [45]

Ramalho, admirador de Ruskin defendia, como ele, o gosto pelas “artes menores” e o artesanato e desabafava: “não está feita nem estudada a história dos nossos vidros, dos nossos esmaltes, da iconografia, na nossa habitação e do nosso traje”. E quanto à pintura escrevia: “ a restauração dos antigos quadros está constituindo na história da nossa arte uma catástrofe ainda mais destruidora que a da restauração da nossa arquitectura”[46]

Ramalho Ortigão esteve também envolvido na defesa patrimonial da Torre de Belém, contra a Fábrica de Gás, que se instalara nas suas imediações, em 1888. A ele se juntou a imprensa, a Sociedade dos Arquitectos Portugueses, a Associação dos Arqueólogos Portugueses e a Academia das Ciências de Lisboa. Só em 1928 se estabeleceu por decreto, a mudança de instalações da Fábrica para a Quinta da Matinha e em 1932 nos “Ecos de Belém” pode ler-se o seguinte: “Demolir o famoso gazómetro é tarefa árdua e difícil. Tam difícil como convencer o camarada António Ferro que o seu estandarte não tem valor, evitar que o Sr. Júlio Dantas nos fale da “Severa” ou tentar que o Dr. Manuel Heleno penteie o seu cabelo rebelde. Uma só solução se nos apresenta: - pedir ao sábio Dr. Leite de Vasconcelos que passe pelo local do crime e mande remover aquela jóia architectónica para o nosso Museu Etnológico”[47]

Sobre o “arrolamento da riqueza artística do país”, Ramalho Ortigão referia que “tão vasta é a nossa riqueza artística e tão profundo o desleixo de a escriturar, que são quase tão frequentes as surpresas no que se encontra como no que se perde.”[48] E acrescentava que “o processo de inventariação de cada peça artística constaria de duas partes. A primeira seria a reprodução fotográfica, ou em gesso, ou pela galvanoplástica, do objecto inventariado, com registo do respectivo cliché ou molde. A segunda, a confecção de um simples verbete, impresso, correspondendo, à fotografia por meio de um número de ordem, e satisfazendo os seguintes quesitos: 1º Descrição sumária do objecto; 2º Lugar onde ele se encontra; 3º Nome do indivíduo ou da corporação em cuja posse se acha; 4º Antecedentes; 5º Atribuição, 6º Avaliação; 7º Escala em que houver sido feita a reprodução.” Este sistema sendo “semelhante ao dos museus de Londres, de Berlim e de Viena, é o mais simples, o mais económico, o mais prático, o mais expedito.” [49]

A primeira legislação portuguesa sobre classificação de Monumentos Nacionais e as entidades responsáveis pela intervenção no Património Cultural Português

Em 1882, por portaria de Hintze Ribeiro, foi criada a Comissão dos Monumentos Nacionais, sob a presidência de Possidónio da Silva com o objectivo de elaborar um inventário artístico dos principais edifícios a classificar. [50] Várias foram as comissões que se formaram com este fim, mas funcionavam conforme as conveniências políticas e só em 1897 foi criado o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais dependente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria com o objectivo de classificar os monumentos nacionais, estudar os respectivos projectos de conservação, reparação e restauro. Este plano orgânico e o regulamento de 1894 constituíram a primeira legislação portuguesa sobre monumentos nacionais. Foram designados vogais correspondentes nas principais vilas e cidades do país. Até ao fim da Monarquia Constitucional procedeu-se a vários restauros de monumentos:

O Mosteiro da Batalha foi intervencionado desde 1840, foi-lhe atribuída uma verba anual de dois contos de réis e os restauros foram orientados pelo General Engenheiro Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque. A Torre de Belém também desde 1846 que foi alvo de restauros dirigidos pelo Coronel Engenheiro António de Azevedo e Cunha. O Mosteiro dos Jerónimos sofreu obras de restauro desde 1860 dirigidas por José Colson, técnico das Obras Públicas. Nos anos quarenta, Francisco Adolfo Varnhagen tinha escrito sobre este edifício uma monografia artística e em 1867 Possidónio da Silva publicará um plano de restauro dos mais inovadores da época, com apresentação de fotografia e modelo tridimensional do edifício. [51] Rosendo Carvalheira (?-1919), Korrodi (1870-1944) e Fuschini (1843-1911) intervieram respectivamente na Sé da Guarda, Castelo de Leiria e Sé de Lisboa, seguindo os ideais de restauro muito próximos de Viollet-Le-Duc e muito criticados por Gabriel Pereira, amigo de Alfredo de Andrade, [52] que defendia as teses de Camilo Boito, respeitando os monumentos tal qual eles se apresentavam na actualidade, contrariando as falsificações implementadas pelos seguidores de Viollet-Le-Duc. As teorias de Camillo Boito e as de John Ruskin não tiveram sucesso em Portugal durante este período, só depois da publicação da Carta de Veneza (1964) é que passaram a ter audiência.

Em 1909, o Ministério das Obras Públicas publicou a lista oficial dos monumentos nacionais, aprovada pelo Governo em Decreto de 16 de Julho de 1910, meses antes da implantação da República. A classificação seguiu uma ordenação por épocas: Pré-Histórica, lusitana, lusitana-romana, romana, medieval, do renascimento, moderna. No entanto, alguns monumentos já tinham sido classificados ao abrigo de leis especiais, publicadas em 1906 para o Castelo de Elvas; em 1907 para as Sés de Braga, Lisboa e Évora; para os Mosteiros da Batalha, Alcobaça, Tomar e Belém; para as Basílicas de Mafra e Estrela em Lisboa, entre outros; e em 1908 o Castelo de Guimarães. Esta primeira classificação foi aceite pela República que, em 26 de Maio de 1911, publica o Decreto nº.1 para a reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos. A nova lei do património procurava descentralizar as competências dividindo o país em três circunscrições, onde funcionavam os respectivos conselhos de arte e arqueologia, com a participação de artistas, de historiadores de arte, de arqueólogos e etnólogos e até mesmo de políticos.

A 18 de Dezembro de 1924 foi publicada a Lei nº1700, que legislava sobre o Conselho Superior de Belas Artes, (veio substituir o Conselho de Arte Nacional) que funcionava junto do Ministério da Instrução Pública, sobre os Conselhos de Arte e Arqueologia, o arrolamento das obras de arte e peças arqueológicas, monumentos e palácios nacionais e museus. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto n ° 11445 de 13 de Fevereiro de 1926. **O Conselho Superior de Belas Artes, entre outras funções, deveria inventariar as obras de arte existentes nos museus** e organizar a representação portuguesa em exposições internacionais de arte e arqueologia. Os Conselhos de Arte e Arqueologia deveriam proceder ao estudo, conservação e enriquecimento das colecções dos museus, organizar exposições escolhendo as peças que deviam ser expostas, proceder à aquisição de obras de arte e peças arqueológicas para os museus, determinar o tratamento e reparação das peças que faziam parte dos museus e administrar as dotações dos museus deles dependentes. [53]

O Decreto n ° 15216, de 14 de Março de 1928 procurava modificar e melhorar a antiga legislação reorganizando os serviços artísticos e arqueológicos e introduzia uma inovação: o pagamento das entradas nos museus. Ainda na década de vinte, o **Decreto**

nº16791 de 30 de Abril de 1929 criava a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. O Decreto n.º 20586 de 4 de Dezembro de 1931 salvaguardava o património que ainda não estava arrolado por força de legislação anterior. O Decreto n.º 20985, de 7 de Março de 1932 extinguiu os Conselhos de Arte e Arqueologia, concentrando no Conselho Superior de Belas Artes funções técnicas e administrativas que se encontravam dispersas e previa-se também a criação facultativa de Comissões Municipais de Arte e Arqueologia. “Desta forma ficaria formada uma rede de elementos corporativos, interessados na defesa e propaganda do património artístico e arqueológico.”[54] A Lei de 32 criou a figura de Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Patrimonial. A Lei 2:032 de 49 criou a figura de Valor Concelhio (apenas “usada” depois de Abril de 1974). Só muito mais tarde, em 1985 (Lei 13/85) foram criadas as categorias de Conjuntos, Monumentos e Sítios. Esta classificação conjunta não se pode aplicar, porque a lei não foi regulamentada, assim tem-se aplicado a conjugação das leis de 32 e 49.

Com o Estado Novo os assuntos relacionados com a gestão do património passaram para a Academia Nacional de Belas Artes, que desde 1936 ficou encarregue de proceder ao inventário artístico de Portugal.

Em 18 de Dezembro de 1965 foi publicado o Decreto-Lei n.º 46758 conhecido como “Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia” que procurava dar aos museus um papel mais dinâmico, activo, pedagógico ao serviço da comunidade, “(...) expor, valorizar, fazer conhecer e apreciar as obras que nele são conservadas.”[55] Este Decreto dedicava também um Título ao Instituto José Figueiredo, por onde continuava a passar, para conservação e restauro, o património artístico móvel nacional.

Luís Chaves e a Política dos Monumentos: Classificação, inventariação, protecção, legislação e conservação

Para Luís Chaves o que interessa, em primeiro lugar, na política de monumentos é a sua classificação. Não se pode classificar apenas o que é belo. “Não se podem esquecer os simples edifícios, que embora sem arte alguma mereçam conservação por memória de algum facto histórico ou de alguma personagem ilustre da nossa história (...).§ Monumento archeologico é propriamente todo o que representa o passado, isto é, civilização passada. Todos os monumentos são archeologicos. O monumento historico é em verdade todo o monumento do periodo historico, em opposição ao archeologico que, restrictamente, será o anterior a esse periodo; no sentido restricto desta classificação, será monumento historico todo aquelle que, com valor artistico ou sem elle, mas especialmente neste caso, tenha valor na memória do facto e exija por isso conservação.”(...). A classificação geral mais larga é pois a de *monumentos nacionaes*, visto que a de *monumentos archeologicos*, embora abranja os historicos, os anteriores e os artisticos, tem também a restrição de designar os antecedentes ao periodo histórico, convindo além disso a segunda designação para estes, na serie de capitulos do inventario. A expressão «nacional» é a que convem para o rótulo do monumento, pois este constitue o thesouro da nação. Assim classificam-se os *monumentos nacionaes* em: a) *monumentos archeologicos*; b) *monumentos historicos*; c) *monumentos artisticos*.” [56]

Marcado o plano de classificação dos monumentos, é necessário formar o catalogo, cadastro ou inventario, onde elles se registem.” (...). “O inventário, a preceito,

incluirá para cada edifício monumental as obras de arte, que lhe pertençam (...) e que nelle devam de se considerar incorporadas. (...) “Onde quer que uma obra de arte decorativa (...) appareça, merece o mesmo tratamento e inventariação.” Assim o inventário teria duas partes: os monumentos já conhecidos e declarados nacionais e os monumentos ainda não classificados. **A classificação e a inventariação por si só não é suficiente para proteger os monumentos. “A protecção a conceder aos monumentos faz-se por dois modos differentes: - pela competente legislação, - e pela conservação dos monumentos classificados e inventariados”(...**. “A conservação comprehende a guarda, concerto e restauro dos monumentos”. “Que devem ser guardados conforme se apresentam. Devem-se evitar despesas com as reconstruções. Consolidar as ruínas e evitar que elas se continuem a degradar, “conservando e estabilizando o que está de pé.”(...). “A historia das restaurações é pavorosa, desde o incrustante de estylos divergentes, como no tempo do «manuelino» e no seculo XVIII das magnificencias, até os remendos sem estylo algum, e as caiaduras e pinturas dos nossos tempos, que só nisso marcam periodo e estylo. Viollet-Le-Duc fez do castello de Pierrefonds o typo classico da restauração romantica por excellencia, que é uma bellissima falsificação, enganadora para tanto espirito.”

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, como já referimos, foi criada por Decreto nº 16791 de Abril de 1929, para “assegurar o planeamento, estudo, projecto, execução e apetrechamento de obras nos imóveis classificados, com vista à salvaguarda e revitalização dos bens culturais, nomeadamente dos monumentos, dos conjuntos históricos e dos sítios”. O primeiro Director desta instituição foi o Eng. Henrique Gomes da Silva (1929-1960), que apresentou no 1º Congresso da União Nacional em 1934 as ideias que norteavam a política de restauro, na comunicação intitulada: “Monumentos Nacionais; orientação técnica a seguir no seu restauro”. Os princípios a seguir filiavam-se nas concepções oitocentistas de restauro do purismo architectónico, segundo as teorias de Viollet-Le-Duc. A DGEMN devolvia aos monumentos “a pureza da sua traça primitiva”. Importava, como ideologia política, regressar ao passado à época da formação da nacionalidade, por isso a maioria dos monumentos intervencionados foram os castelos, as igrejas românicas e góticas. [57]

A obra realizada pela DGEMN, embora polémica e alvo de muitas críticas, salvou da ruína muitos monumentos e o restauro praticado seguiu aquilo que se fazia em França, com os usos tidos como os mais convenientes na época.

A actual DGEMN foi criada pelo Decreto-Lei 204/80 de 28 de Junho e a sua lei orgânica foi publicada por Decreto-Lei nº284/93, de 18 de Agosto. Depende do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Os seus serviços regionais estão distribuídos pelas Direcções Regionais dos Edifícios de Lisboa, Norte, Centro e Sul e pela Direcção regional de Monumentos de Lisboa.

A DGEMN tem como atribuições e competências, entre outras: “Concepção, planeamento e coordenação das actividades que conduzam à construção, ampliação, remodelação e conservação dos edifícios e instalações do sector público do Estado e à salvaguarda do património architectónico não affecto ao Ministério da Cultura, bem como em matéria de avaliação da qualidade de construção, designadamente: o planeamento, concepção e execução das acções de valorização recuperação e conservação dos bens imóveis classificados não affectos ao Ministério da Cultura”.

A Junta Nacional de Educação (JNE)

A Junta Nacional de Educação (J.N.E.) foi instituída pela Lei nº1:941, de 11 de Abril de 1936, como um órgão técnico e consultivo a funcionar junto do Ministro da Educação Nacional. Era constituída por sete secções. Era à 6ª secção que competia “definir as directrizes para a sistematização e desenvolvimento do património estético, arqueológico, histórico e bibliográfico da Nação, bem como promover as providências mais eficientes para segurança da sua inalienabilidade e conservação dentro do País.”(Artº 21); Promover o cadastro nacional dos imóveis e o inventário dos móveis que tivessem notável valor estético ou histórico, bem como a respectiva classificação, fossem quais fossem a sua natureza e o possuidor, exceptuadas as obras de autores vivos, e orientar os trabalhos de conservação ou tratamento de que carecessem (Artº 21, § 1, 5º); Definir o perímetro de protecção estética dos imóveis classificados como monumentos nacionais ou de interesse público, até pela tradição ou pela beleza natural, bem como propor, orientar e fiscalizar os respectivos trabalhos de reintegração, restauro, conservação ou valorização (Artº 21, § 1, 6º); Emitir pareceres sobre transferência de obras de arte, sobre localização, construção, aquisição e adaptação de edifícios ou salões destinados a museus ou colecções de arte do Estado ou de outra entidade pública; promover a publicação, em boletim ilustrado do cadastro artístico de Portugal.

No seguimento da publicação da Carta de Veneza de 1964, com o alargamento dos conceitos patrimoniais, houve necessidade de uma revisão geral do regimento da Junta Nacional de Educação, que se concretizou com a publicação do Dec-Lei nº 46 348 de 1965. A Junta passou a ser constituída por oito secções, sendo a 2ª secção de Antiguidades e Arquivos, que compreendia cinco subsecções: 1ª Arqueologia; a 2ª Artes plásticas; a 3ª Museus e colecções de arte; 4ª Protecção e conservação de monumentos e obras de arte e a 5ª Música e teatro. À 2ª secção competia definir as directrizes para a defesa, conservação e enriquecimento do património estético, histórico, arqueológico e paisagístico da Nação (Artº 19). Eram atribuições da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª subsecções: “Propor a classificação ou emitir parecer sobre as propostas de classificação como monumentos nacionais, imóveis de interesse público ou valores concelhios de elementos ou conjuntos de considerável valor artístico, histórico, arqueológico ou paisagístico; Pronunciar-se, em relação aos monumentos nacionais ou imóveis de interesse público, sobre: os projectos de obras de conservação, reparação, consolidação, reintegração ou modificação que neles se pretendia realizar; definição de zonas especiais de protecção estética ou arqueológica, sempre que pelo valor e características deles ou por outra circunstância a zona normal de 50 m se mostrasse insuficiente (...). Propor a inventariação ou emitir parecer sobre a proposta de inventariação de móveis de considerável valor artístico, histórico ou arqueológico; Pronunciar-se em relação aos móveis inventariados, sobre os trabalhos de conservação, reparação, consolidação, reintegração ou modificação que se pretendesse realizar nos móveis; estimular publicações e estudos sobre património artístico, histórico, arqueológico e paisagístico de Portugal e por último promover tudo o que pudesse concorrer para o prestígio e evolução das artes plásticas, para o desenvolvimento da arqueologia e para a defesa da paisagem”.

Pelo Dec-Lei nº 408/71 de 27.9.71 procedeu-se a uma reforma global das estruturas e dos serviços do Ministério da Educação e especialmente da sua administração central, sendo a JNE também reestruturada. O Dec-Lei nº 203 de 15 de Maio de 1974 lançou os fundamentos de uma nova política *post 25* de Abril e o novo Ministério da Educação e Cultura passou a compreender quatro secretarias de estado: Administração escolar; Assuntos culturais e investigação científica; Desportos e acção social escolar; e Reforma educativa. As atribuições da Junta passarão, em 1980, para o Instituto Português do Património Cultural.

Do IPPC ao IPPAR

A criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) em 1980 (3 de Abril – Decreto-Lei nº.59/80 – D.R., 1ª, nº.79) serviu para coordenar uma série de programas que se encontravam dispersos e preservar parte do património cultural português que se encontrava à guarda da extinta Junta Nacional de Educação (JNE). Assim, o IPPC aparece na sequência das transformações políticas geradas pela Revolução de Abril. Ficaram, assim, afectos à Secretaria de Estado da Cultura, através do IPPC, os palácios nacionais, os castelos, igrejas ou mosteiros que se encontrassem na dependência administrativa do ministério das Finanças e do Plano, sendo da competência do Departamento do Património Architectónico o acompanhamento e a fiscalização das obras em imóveis classificados ou em processo de classificação, bem como nas respectivas zonas de protecção. Ao longo da década de 80, e devido à excessiva quantidade de atribuições, foram retiradas algumas das competências ao IPPC e assim, em 1992 foi criado pelo Decreto-Lei nº 106-F, de 1 de Junho, o Instituto Português do Património Architectónico e Arqueológico (IPPAR), que passou a ocupar-se, sobretudo, da salvaguarda e da valorização do património cultural architectónico e arqueológico. [58] Passaram a ser atribuições dos órgãos e serviços do IPPAR: “ O inventário, a classificação e a desclassificação de bens culturais imóveis, bem como a definição ou redefinição de zonas especiais de protecção dos mesmos; a salvaguarda e a valorização de bens imóveis classificados e a salvaguarda das respectivas zonas de protecção, o inventário, a classificação e a desclassificação de bens culturais móveis integrados em imóveis classificados ou afectos ao IPPAR, assim como a sua salvaguarda e valorização; a salvaguarda de bens imóveis em vias de classificação; a salvaguarda e a valorização dos sítios e estações arqueológicas e a criação e salvaguarda de reservas arqueológicas de protecção; a autorização, a fiscalização técnica, o acompanhamento e a promoção da suspensão de trabalhos arqueológicos; a gestão do património imóvel e móvel à sua guarda”[59]

Pelo Decreto-Lei nº 120/97 de 16 de Maio foi feita uma nova reestruturação no IPPAR, o “Instituto Português do Património Architectónico tem como missão a salvaguarda e a valorização de bens materiais imóveis que, pelo seu valor histórico, artístico, científico, social e técnico, integrem o património architectónico do país. Este universo abrange todos os bens materiais imóveis de natureza architectónica de interesse cultural, classificados segundo as leis em vigor, e conforme a acepção do nº1 do artigo 1 da Convenção de Granada de 1985, integrada na ordem jurídica portuguesa através do Decreto do Presidente da República nº 5/91, de 23 de Janeiro”. [60] Ao mesmo tempo foi criado o Instituto Português de Arqueologia (IPA), que absorve algumas das funções anteriormente atribuídas ao IPPAR no domínio da

Arqueologia. [61] “O IPPAR mantém as competências administrativas e devida tramitação relativa à classificação, desclassificação, estabelecimento de áreas de protecção e respectiva salvaguarda de imóveis arqueológicos, em colaboração estreita com o IPA. A constituição do novo IPPAR, instituto cuja abreviatura se mantém, mas cujo desdobramento responde por Instituto Português do Património Arquitectónico, visa assim tornar mais eficiente a sua acção”. [62] Com a criação deste Instituto, a arqueologia parece ter conseguido autonomia e deixar de representar um papel secundário.

Uma das linhas de actuação do IPPAR tem sido a celebração de protocolos com diversas entidades detentoras de património edificado ou de património móvel à sua guarda, de modo a regular o respectivo financiamento e a qualidade das intervenções. Este procedimento permitiu o comprometimento para os anos de 96 e 97, de uma verba da ordem de 200 milhões de escudos, distribuídos por monumentos e acervos de propriedade da Igreja ou de particulares.

Vários são os organismos que tutelam o património cultural português, para além dos que já nomeámos, destacamos ainda: a DGPE, Direcção Geral do Património do Estado dependente do Ministério das Finanças e representada no Conselho Consultivo do IPPAR, tem inscritos todos os imóveis classificados. Na vertente património, inclui não só o Património Cultural, mas também todo o Património do Estado. O LNEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que se pronuncia sobre problemas de estabilidade em monumentos e sobre grandes questões técnicas quando se procura restaurar ou valorizar um monumento. O IJF, Instituto José Figueiredo, nome do antigo Director do Museu de Arte Antiga, sob tutela do IPM, tem-se dedicado ao restauro e conservação do património artístico móvel nacional. É consultado para fazer peritagens técnicas, laboratoriais em pintura mural, tecidos, tapeçaria, mobiliário e talha, escultura, pintura móvel que exista em monumentos.

As entidades particulares na salvaguarda do património: o exemplo da Fundação Calouste Gulbenkian

O artigo 78º da Constituição refere que “todos têm direito à fruição cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade. Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum. Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais.”

O Estado, através do Ministério da Cultura, promoverá as medidas necessárias e indispensáveis a uma acção permanente e concertada de levantamento, estudo, protecção, conservação e valorização dos bens culturais. No entanto, a par do Estado outras entidades se têm empenhado na salvaguarda do património, como é o caso da Fundação Calouste Gulbenkian, que desde 1956, data da aprovação dos estatutos da Fundação, até Abril de 1974 foi o verdadeiro Ministério da Cultura contrastando com a política conservadora do regime Salazarista. Muitas das práticas e inovações culturais tiveram dificuldade de implementação no nosso país, devido a razões político-ideológicas, mas em 1969, a Fundação Calouste Gulbenkian organizava o Congresso para a Salvaguarda das Paisagens e dos sítios Históricos.

O sector de estudos de Arte, Arqueologia e património tem apoiado investigadores nos campos da História de Arte, Arqueologia, Estética e Património e foi pioneiro na atribuição anual dos prémios Gulbenkian de História de Arte e Arqueologia. O Arquivo de Arte do Serviço, aberto ao público desde 1994, reúne um acervo documental de cerca de 200.000 imagens distribuídas por centena e meia de colecções sobre arquitectura, talha, pintura e artes decorativas de Arte Portuguesa e Internacional.

(Adaptado de Fátima ABRAÇOS, *História da Conservação e Restauro do Mosaico Romano, Subsídios para o conhecimento do estado de conservação dos mosaicos no sul de Portugal*, pp. 25-47. Tese de Mestrado de História da Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Instituto de História da Arte. Lisboa 2000)

[1] Anúduva ou adua

[2] Miguel SOROMENHO e Nuno Vassalo e SILVA, “Da Idade Média ao século XVIII”, *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa 1993, p. 25

[3] D. João III reformou a Universidade segundo esquemas humanistas. Nicolau Clenardo veio para Portugal, pela mão de André de Resende, como preceptor do infante D. Henrique, futuro cardeal-rei.

[4] Damião de GÓIS, “Das igrejas, Mosteiros, Hospitais. Fortalezas e outras obras que el-rei Dom Manuel fez de novo e mandou reparar”, in *Descrição da cidade de Lisboa*, traduzido do texto latino, introdução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, 1988, pp.74-75. A enumeração de obras continua ao longo do documento.

[5] Francisco de HOLANDA, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas*, Introdução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, 1989. Os desenhos das Antigualhas foram elaborados durante a viagem que Francisco de Holanda fez a Itália e durante séculos pensou-se que a viagem tinha durado nove anos (1537 a 1547). Nota de José da Felicidade Alves, p. 10.

[6] Francisco de HOLANDA, *Da Fabrica que falece a cidade de Lisboa* (1571), Livros Horizonte, Lisboa, 1984, p. 22.

[7] ID., *ibid.*, Cap. VII.

[8] Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1884-1911, 17 volumes – vol. 5, pp. 114-125-nota, citado por MURTEIRA, Maria Helena da Cunha, “Lisboa da Restauração às Luzes – Uma análise da evolução urbana”, *Actas das sessões do I Colóquio Temático – O Município de Lisboa e a dinâmica urbana (séculos XVI-XIX)*, realizado em Março de 1995, CML, 1997 p.88

[9] Não podemos esquecer a existência de três terramotos durante o século XVI (1531, 1551 e 1597), o que deve ter contribuído, para além de outras razões, para a deterioração do património.

[10] Maria Helena da Cunha MURTEIRA, “Lisboa da Restauração às Luzes – Uma análise da evolução urbana”, *Actas das sessões do I Colóquio Temático – O Município de Lisboa e a dinâmica urbana (séculos XVI-XIX)*, CML, 1997, p. 95

[11] A Academia procedeu a um inquérito arqueológico das diversas províncias, através de cartas enviadas às Câmaras. Nos volumes XXVI e XXVIII do *Archeologo Português* foram publicados por Pedro de Azevedo excertos do “Livro 2º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real da História”. Maria Luisa Veiga Affonso dos Santos PEREIRA, *Subsídios para o estudo da arqueologia romana do Algarve*, vol. I, Lisboa, 1969, p.27

[12] Luísa TRINDADE, “A Reforma Pombalina”, *Monumentos* 8, DGEMN, Lisboa, Março 1998, p. 57

- [13] Maria de Lurdes Ribeiro da SILVA, “Aspectos da intervenção do Senado da Câmara na reconstrução pombalina – os Livros de cordoamentos”, *Actas das sessões do I Colóquio Temático – O Município de Lisboa e a dinâmica urbana (séculos XVI-XIX)*, CML, 1997, pp. 101-117
- [14] Marieta Dá MESQUITA, e Horácio M. P. BONIFÁCIO, “Reflexos do Terramoto de 1755 em Lisboa – Questões Metodológicas e de Investigação”, *Actas das sessões do I Colóquio Temático – O Município de Lisboa e a dinâmica urbana (séculos XVI-XIX)*, CML, 1997, p. 123
- [15] A escolha do Mosteiro da Batalha foi uma escolha já relacionada com o prenúncio do próprio movimento revivalista. Em Inglaterra nesta época renascia um verdadeiro interesse pelo estilo gótico e esta atitude revivalista foi um prenúncio do romantismo. Cf. Maria João Baptista NETO, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997
- [16] James MURPHY, *Viagens em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 17
- [17] ID., *ibid.*, p. 158. Apresenta, na estampa VIII da p. 159, os desenhos de cinco inscrições romanas, uma que apareceu na Rua Bela da Rainha e as restantes num prédio de esquina da Rua da Madalena, em Lisboa.
- [18] ID., *ibid.*, pp. 247-251, estampas XIV, XV e XVI. Murphy apresenta os desenhos de antiguidades de Beja e Évora.
- [19] James MURPHY, *op. cit.*, p. 316, nota 198. O Bispo hospedou Murphy na sua viagem ao Alentejo.
- [20] Gabriel PEREIRA, *Estudos Eborenses – Bibliotheca Publica*, Évora, Minerva Eborense, 1886
- [21] Sobre Fabri vide José Eduardo Horta CORREIA, Trabalho sobre *História de Arte, séculos XV-XVIII*, para obtenção do título de agregação em História e História de Arte, apresentado à Universidade Nova de Lisboa, 11-12 de Dezembro de 1995
- [22] Citação apresentada no artigo de Miguel SOROMENHO e Nuno Vassalo e SILVA, *op. cit.*, p. 31
- [23] Feliciano de CASTILHO, “O Rei Artista”, *Revista Universal*, nº7, 1841. Vide, ainda, J. Augusto FRANÇA, *O Romantismo em Portugal*, Livros Horizonte, 2ª edição, Lisboa, 1993
- [24] Jorge CUSTÓDIO, “Salv guarda do Património – Antecedentes Históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa, 1993, p. 35.
- Ver também Lúcia Maria Cardoso ROSAS, *Monumentos Pátrios. A Arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995.
- [25] Alexandre HERCULANO, “Os Monumentos (I)” in *O Panorama*, nº 69, vol. II, 1838, pp. 266-268: “Os monumentos II”, nº70, pp. 275-277; “Mais um brado a favor dos monumentos (I)”, nº93, vol. III, 1839, pp. 43-45; “Mais um brado a favor dos monumentos (II)”, pp. 50-52
- [26] Raquel Henriques da SILVA, “A extinção dos Conventos e a elaboração da Lisboa Burguesa”, *Olisipo, Boletim do grupo “Amigos de Lisboa” – II série – nº2*, Lisboa, 1996, pp. 43-48
- [27] José Augusto FRANÇA, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Livros Horizonte, 3ª edição, Lisboa, 1997, p. 55
- [28] *Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861-1863
- [29] Em 1909, com a criação da Sociedade dos Architectos Portugueses, esta Associação passará a designar-se por Real Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- [30] “(...) para se mandarem ali recolher os fragmentos architectonicos dignos de conservação formando-se uma collecção dos existentes na capital e seu termo e reservando-se para mais tarde fazer-se o mesmo com os outros fragmentos que se encontrassem nas provincias em estado de abandono; dando assim começo a um museu de antiguidades pertencentes à Architectura”, citado por Francisco SANTANA, “Possidónio da Silva e Francisco José de Almeida – dois amigos de Lisboa”, *Olisipo – Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa” – II Série – nº2*, Lisboa, 1996, p. 68
- [31] J. N. Possidónio da SILVA, “Memória Histórica da Fundação, Progresso e Trabalhos da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses desde a sua instituição até ao Anno de 1889, em que completou XXV da sua existência em Lisboa”, *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeólogos Portugueses*, 2ªsérie, Tomo VI, Lisboa, 1889, p.67; Júlio de Castilho, “Elogio Historico do Architecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva proferido em Sessão Solene da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses a 28 de Maio de 1897”, *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeólogos Portugueses*, Lisboa, 1897
- [32] A obra que deu a Caumont a reputação de arqueólogo foi publicada no 1º volume da *Société des Antiquaires de Normandie* (1824) com o nome de “Essai sur l’Architecture religieuse du moyen-âge”. Encabeçou um movimento contra as municipalidades, que pretendiam a demolição de monumentos integrados nos municípios que administravam. Este movimento constituiu-se como Associação em 1833, com o nome de *Société française de Archéologie pour la conservation et la description des monuments nationaux*. O congresso arqueológico de França, fundado por esta sociedade passou a desempenhar um

papel muito importante no ensino da arqueologia. CAUMONT, *Abécédaire ou rudiment d'Archéologie – Architecture Religieuse*, 5ª ed., F. Le Blanc-Hardel, Libraire-Éditeur, Caen, 1852, p. VII

[33] As Academias e as Sociedades Culturais europeias do século XVIII constituíram uma rede de circulação de ideias e conhecimentos. Portugal e Espanha seguiram o modelo francês não só na organização como também nas publicações. Cf. Gloria MORA, “Las Academias Españolas y la Arqueología en el siglo XVIII: el modelo francés”, *La cristalización del pasado: Génesis y desarrollo del marco institucional de la arqueología en España*, Málaga, 1997, p. 43

[34] Visconde da Torre da Murta, “Possidónio da Silva”, *Boletim da Real Associação (...)*, 4ª Série, T. V, nº 1 (1904), citado por Francisco SANTANA, “Possidónio da Silva e Francisco José de Almeida – dois amigos de Lisboa”, *Olisipo – Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa” – II Série – nº2*, Lisboa, 1996, p. 65.

Possidónio da Silva dedicou-se também à Beneficência, tendo criado, em 1864, o Albergue dos Inválidos do Trabalho.

[35] Cf. prólogo da obra de J. Possidónio da SILVA, *Noções Elementares da Archeologia*, Lalléman Frères, Lisboa, 1878, p. V

[36] Em 1833, D. Pedro tinha criado “o primeiro museu de pintura em Portugal, para aí conservar as telas que vinham dos conventos do norte do País, ainda não extintos mas abandonadas com medo às represálias das forças liberais.” José Augusto FRANÇA, *O Romantismo em Portugal*, 2ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1993, pp. 228-229

[37] ID, *ibid.*, p. 229

[38] Lucília Verdelho da COSTA, *Ernesto Korrodi, 1889-1944. Arquitectura, ensino e restauro do património*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997, p. 18.

Ver também José Augusto FRANÇA, *A Arte em Portugal no século XIX*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1966

[39] A Academia Real de Belas-Artes, instituída por decreto de 1886 foi substituída pela Escola de Belas Artes e em 1932 foi criada a Academia Nacional de Belas-Artes “para defender e divulgar a cultura artística nacional, promover o seu desenvolvimento e o estudo da respectiva história e tradição, bem como para proteger o património artístico do País”, conforme se afirma no artigo 1º da sua lei orgânica. A comissão instaladora foi presidida por José de Figueiredo. Desenvolviam as seguintes actividades: organização das Missões Estéticas de Férias; a instituição dos prémios José de Figueiredo, Luciano Freire, Anunciação, Lupi e Ferreira Gomes; a publicação do Boletim Belas-Artes, entre outras obras.

[40] Estácio da VEIGA, *Antiguidades de Mafra*, in Victor GONÇALVES e Ana Catarina SOUSA, *Estácio da VEIGA e a sua Arqueologia*, Mar de Letras Editora, 1996

[41] ID., *ibid.*, p. 4

[42] Ramalho ORTIGÃO, *O Culto da Arte em Portugal*, Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa, 2ª edição, p. 13. Sobre este assunto ver Paulo Oliveira RAMOS, “Ramalho, Portugal, as Artes e o Património”, *O Ensino da História, Boletim da APH*, (III série), nº 12, Outubro de 1998

[43] ID., *ibid.*, pp. 15-16

[44] ID., *ibid.*, p. 24

[45] Ramalho ORTIGÃO, *op. cit.*, pp. 25-27. Cf. Paulo Oliveira RAMOS, “Ramalho, Portugal, as Artes e o Património”, *O Ensino da História, Boletim da APH*, (III série), nº 12, Outubro de 1998

[46] ID., *ibid.*, p. 108. Cf. Paulo Oliveira RAMOS, “Ramalho, Portugal, as Artes e o Património”, *O Ensino da História, Boletim da APH*, (III série), nº 12, Outubro de 1998

[47] *Ecos de Belém*, Ano I, nº16, de 16 de Agosto de 1932, p. 5. Citado por Paulo Oliveira RAMOS, “Ramalho, Portugal, as Artes e o Património”, *O Ensino da História, Boletim da APH*, (III série), nº 12, Outubro de 1998, p. 26

[48] Ramalho ORTIGÃO, *op. cit.*, p. 119

[49] ID., *ibid.*, p. 180

[50] José Augusto FRANÇA, “A Cultura Estética”, *Arte em Portugal no século XIX*, vol. II, p. 74.

Sobre a classificação de monumentos, Gabriel Pereira esclarece: “A nossa primeira classificação dos monumentos nacionais não é de origem oficial, é devida a uma modesta, patriótica e desinteressada associação que tem a sua sede nas ruínas do Carmo; é a Real Associação dos Architectos e Archeologos portugueses. Vilhena Barbosa apresentou uma relação dos monumentos nacionais em 1880. A relação tem servido de base a trabalhos modernos considerada por muitos como lista oficial. Em 1904 o Conselho de Monumentos Nacionais, ou a sua Comissão executiva, a fez reimprimir com o título *Susídios para a classificação*.” Gabriel PEREIRA, *Monumentos Nacionais*, Conferência realizada na sala da Real Associação de Agricultura em 9 de Maio de 1909, Lisboa, Livraria Ferreira, 1909, p. 20

[51] Jorge CUSTÓDIO, “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa, 1993, p. 46

[52] Alfredo de Andrade (1839-1915), amigo de Camilo Boito e seu colaborador como ilustrador das suas teorias, não fez obra em Portugal, mas os contactos que teve com Gabriel Pereira contribuíram para a introdução da obra de Camilo Boito na cultura artística portuguesa. Alfredo de Andrade tinha “uma natural vocação para a arqueologia, (...), uma curiosidade por tudo o que se relacionava com a arte da construção, desde uma análise atenta dos materiais, à sua organização no espaço e aos pormenores decorativos;” Lucília Verdelho da COSTA, *Alfredo de Andrade (1839-1915). Da pintura à invenção do Património*, Vega, Lisboa, 1997, p. 163

[53] Sérgio LIRA, “Linhas de Força da Legislação Portuguesa relativa a Museus para os meados do século XX: os Museus e o discurso político”, *V Coloquio Galego de Museos . Do Marco normativo á organización*, Consello Galego de Museos, 1998, p. 77

[54] ID., *ibid.*, p. 84

[55] ID, *ibid.*, p. 90

[56] Luís CHAVES, “A Política dos Monumentos”, *Arqueologia e História*, Vol. I, 1922, pp.76-78

[57] “Para a constituição da «identidade da pátria», o «fascismo» português, ao contrário de outros, não se socorreu da Arqueologia; a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, importante criação do regime, assegurou-lhe, através do restauro de igrejas e castelos (segundo a lógica destrutiva de os «repor na sua pureza primitiva»), o protagonismo suficiente.” Vítor Oliveira JORGE, “Arqueologia e Antropologia portuguesas: uma aproximação indispensável”, V.V. A. A., *Recuperar o espanto: o olhar da Antropologia*, Edições Afrontamento, Porto, 1997, p. 29.

Ver também Maria João Quintas Lopes Baptista NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentado à Faculdade de letras de Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

[58] Em relação aos organismos que tutelam o Património verifica-se que há uma dispersão de competências por vários departamentos do Estado, com consequente descoordenação. É de notar a sobreposição de competências com a DGEMN, situação que continua ainda por resolver. Seria bem vinda, como já existe em França e Inglaterra, a criação de uma Fundação do Património, que com verbas do Estado, de organismos privados, de mecenas, de autarquias, de empresas, desse resposta às urgências e necessidades prioritárias de investigação no país, sobretudo no que toca ao património não classificado. Cf. ideia defendida na Mesa-redonda, *A Arqueologia e os outros patrimónios*, ADECAP, Porto, 1999

[59] *Informar para proteger – Legislação Nacional*, MC-IPPAR, Lisboa, 1996, pp. 55-56.

O Decreto-Lei nº 316/94 de 24 de Dezembro, fez uma actualização, de modo a incorporar a valência “restauro” de “bens móveis integrados em bens imóveis”.

[60] Lei orgânica. Consulta feita através da Internet.

[61] Decreto-Lei nº 117/97, de 14 de Maio. São atribuições e competências do IPA: “Assegurar o desenvolvimento das medidas de política e o cumprimento das obrigações do Estado no domínio da Arqueologia; Promover a institucionalização da Arqueologia através de uma política de contratualização com outras pessoas colectivas públicas e privadas; Autorizar, fiscalizar tecnicamente e acompanhar a realização de trabalhos arqueológicos; Propor ao IPPAR a classificação e a desclassificação de bens de natureza arqueológica; Promover por intermédio do IPPAR o embargo administrativo de quaisquer obras ou trabalhos licenciados ou efectuados em desconformidade com a legislação relativa ao património cultural; Proceder à indicação de técnicos de arqueologia para os estudos de impacte arqueológico a promover por outras entidades que desenvolvam projectos de desenvolvimento e ordenamento imobiliários”.

[62] Lei orgânica. Consulta feita através da Internet